

TERMO DE REFERÊNCIA – COMPRA

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de 01 (um) veículo automotivo novo, sem uso, ano e modelo atuais, licenciado/emplacados, com Blindagem Nível III-A SUV e equipamentos de sinalização auxiliar instalados, com a devida documentação legal e acompanhados de todos os acessórios obrigatórios por lei, conforme especificado na tabela abaixo e nos termos e condições constantes neste Termo de Referência (TR).

1.2 O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☒ comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima – art. 6º, XIV da Lei 14.133/2021).

1.3 A compra enquadra-se no seguinte tipo:

- ☐ Compra imediata e integral (em até 30 dias da ordem de fornecimento), sem obrigações futuras
- ☐ Compra imediata com obrigações futuras
- ☐ Compra sob demanda (com prazo certo, não continuado)
- ☐ Fornecimento contínuo (compra sob demanda, mas continuada).
- ☒ Compra sem obrigações futuras

1.4 Os bens a serem adquiridos são:

- ☒ Itens de patrimônio
- ☐ Itens de consumo
- ☐ Patrimônio e Consumo

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 06 meses, a contar do dia útil seguinte à disponibilização da Súmula no Diário Oficial.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação é necessária para garantir a integridade física dos servidores que desempenham funções em locais de alto risco ou que lidam com informações sensíveis, sendo, também, pertinente para a estruturação e modernização do setor responsável pelo apoio às investigações realizadas pelo MPRS.

3. SOLUÇÃO

A solução foi definida em Estudo Técnico Preliminar, constante do presente procedimento.

4. ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

4.1 Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- ☐ O produto CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constantes.
- ☐ O produto CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- ☒ O produto NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

4.2 Marca(s) ou modelo(s)

- ☒ Não há indicação de marca/modelo (regra).
- ☐ Há indicação de marca/modelo (regra).

4.3 O bem que se pretende adquirir deverá conter as seguintes características:

4.3.1 O veículo **do tipo SUV** deverá conter as seguintes características:

4.3.1.1 Características gerais: o veículo deverá ter as seguintes características gerais

- a) Tipo: SUV (Sport Utility Vehicle);
- b) Veículo novo, zero quilômetro e primeiro emplacamento;
- c) Capacidade de cinco passageiros, incluindo o motorista;
- d) Com quatro portas laterais e uma porta de acesso ao porta-malas;
- e) Modelo em continuidade de produção mais recente da montadora, disponível no mercado nacional no ato da assinatura do contrato;
- f) Cor prata;
- g) Potência mínima de 150 cv.

4.3.1.2 Combustível: gasolina ou flex.

4.3.1.3 Câmbio: automático ou transmissão continuamente variável (CVT).

4.3.1.4 Direção: Elétrica ou eletroassistida.

4.3.1.5 Freios: freio com sistema ABS.

4.3.1.6 Dimensões: o veículo deverá conter as seguintes dimensões.

- a) Altura mínima livre do solo: 175 mm;
- b) Porta-malas: no mínimo 350 litros;

- c) Tanque de combustível com capacidade de, no mínimo, 45l (quarenta e cinco litros);
- d) Distância mínima entre eixos: 2600mm.

4.3.1.7 Equipamentos: o veículo deverá conter os seguintes equipamentos.

- a) Bancos revestidos em tecido ou couro sintético ou couro natural, com regulagem de altura para motorista;
- b) Acionamento elétrico das portas dianteiras e traseiras;
- c) Desembaçador de vidro traseiro;
- d) Jogo de tapetes;
- e) protetor de cárter compatível com o veículo;
- f) Ar-condicionado original de fábrica;
- g) Retrovisores externos com regulagem elétrica;
- h) Película de segurança nos vidros laterais e traseiros com grau de transparência mínima permitida em Lei;
- i) Equipamentos de som com rádio AM/FM, com entrada USB e conjunto de quatro alto-falantes.

4.3.1.8 Segurança: o veículo deverá conter os seguintes itens de segurança.

- a) Bolsas de proteção contra impactos (*airbags*), no mínimo 6 (seis);
- b) Cintos de segurança dianteiros de três pontos retráteis com regulagem de altura, cintos de segurança traseiros laterais e central de três pontos;
- c) Alarme antifurto, com fechamento dos vidros das portas (interface).
- d) Luz auxiliar de freios;
- e) Farol de neblina;
- f) Sensor de estacionamento.

4.3.1.9 O veículo deverá ser equipado com os demais itens de segurança exigidos por lei.

4.3.2. Adaptações e acessórios

4.3.2.1. Proteção Balística e sinalização auxiliar:

(I) Blindagem de vidro, espessura de vidros 18mm (para-brisa, vidro traseiro, vidros das portas e vidros laterais). Blindagem de fábrica;

(II) Blindagem de carroceria, aplicação de manta de aramida e painel balístico. Qualidade ISO9001:2015 e certificado pelo Exército RETEX 1854/03 que ateste a proteção III-A, ou eventuais atualizações das normas vigentes;

1. Características gerais da blindagem:

(01) Blindagem de nível III-A em todo o habitáculo, incluindo o painel de fogo interno, composta por **manta impermeabilizada em ambas as faces, com 9 (nove) camadas, aço inox 304L de 2,5 mm, e vidros balísticos de 17 mm**, ou superior, garantindo:

- a) **pleno funcionamento dos sensores do veículo;**
- b) **Abertura total dos vidros dianteiros;** e
- c) **Abertura automática da tampa traseira**, quando esta funcionalidade estiver disponível no modelo do veículo.

(02) Resistência balística: Nível IIIA, conforme especificações oficiais constantes na Portaria n.º 94 – COLOG, de 16 de junho de 2019.

2. Sinalizadores

2.1. Sinalizadores da grade frontal

(01) Um par de strobos, dotado de lente colimadora transparente, confeccionada em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, com anel de acabamento na cor preta, selado à prova d'água. Cada strobo deve conter, no mínimo, 4 (quatro) LEDs na cor rubi e azul, com potência de 3 *watts* cada, totalizando 12 *watts* por strobo, operando em tensão de 12Vdc, com proteção contra inversão de polaridade.

Os equipamentos deverão ser de **fabricação nacional** e atender à norma **SAE J595 – Classe 1**.

A **montagem mecânica dos strobos** deverá ser realizada **internamente à grade frontal** (inferior e/ou superior), por meio de **suportes dedicados**, confeccionados em **aço com pintura eletrostática**, dotados de **regulagem de posicionamento**, de forma a garantir a **máxima discrição do veículo**.

A **conexão elétrica** deverá utilizar **conector selado do tipo automotivo**, que permita **fácil manutenção e eventual remoção dos componentes**, sem comprometimento da instalação elétrica do veículo.

2.2. Bloco óptico de led (uso interno):

Bloco óptico, dotado de **lente colimadora transparente**, confeccionada em **plástico de engenharia**, com **resistência automotiva e alta visibilidade**. Cada bloco óptico deverá conter, no mínimo, **4 (quatro) LEDs nas cores rubi e azul**, com **potência de 3 watts cada**, totalizando **12 watts por bloco**, operando em **tensão de 12Vdc**, com **proteção contra inversão de polaridade**.

O equipamento deverá ser de **fabricação nacional** e atender à norma **SAE J595 – Classe 1**.

2.3. Sinalizador do para-brisa (vidro dianteiro):

Em número de 02 (duas) unidades, compostas, cada uma, por no mínimo 3 (três) blocos ópticos, **conforme descrito no subitem 2.1**.

O sistema óptico **deverá ser instalado** na parte superior e nas laterais direita e esquerda do para-brisa, **fixado em uma** estrutura metálica (**alumínio ou aço**) com espessura mínima de 1,5 mm, **revestida com** pintura eletrostática na cor preta, **que:**

- a) Não interfira na projeção luminosa dos LEDs;
- b) Atue como anteparo, **eliminando qualquer** reflexo de luz para o interior do veículo, **evitando prejuízo à visibilidade do condutor**.

A estrutura deverá ter altura máxima de 50 mm, **de modo a** não obstruir a visão dos ocupantes **nem interferir na** movimentação do espelho retrovisor interno.

Deverá possuir acabamento em borracha em toda a extensão de contato com o vidro, **garantindo vedação e proteção. A fixação será realizada** mecanicamente na estrutura do veículo, utilizando no máximo 2 (dois) parafusos.

O sinalizador deverá ser instalado de forma harmônica com o design interno do veículo, **ficando** oculto atrás da faixa degradê do para-brisa **ou, na ausência desta, deverá ser aplicada** película de proteção solar simulando a faixa degradê, **de modo que o equipamento** não fique visível externamente.

2.4. Conjunto de sinalização acústica composto por:

Módulo de sirene, **com as seguintes características mínimas:**

- a) Potência de 100 watts RMS,
- b) Tensão de operação de 12 VCC,
- c) Nível sonoro de 124 dB a 1 metro de distância @ 13,8 VCC,
- d) Resposta de frequência de 300 a 3000 Hz,
- e) Seis tons de sirene, sendo dois de acionamento rápido (Horn e Manual) e quatro de acionamento contínuo (Pierce, Yelp, Hi-Lo e Wail).

Deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, **capaz de monitorar a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado**, desligando automaticamente a sirene quando necessário, **a fim de** evitar o descarregamento excessivo da bateria e falhas no acionamento do motor.

O equipamento deverá dispor de:

- a) Proteção contra inversão de polaridade;
- b) Proteção contra altas variações de tensão e transientes, com desligamento preventivo caso a tensão atinja valores inadequados;
- c) Imunidade contra EMI (Electromagnetic Interference) e RFI (Radio Frequency Interference).

O equipamento deverá ser de fabricação nacional e atender à norma SAE J575.

A instalação deverá ser realizada de forma oculta e protegida no interior do veículo. Caso haja cabeamento exposto, deverá ser aplicada proteção metálica, garantindo segurança elétrica e evitando mau contato durante o deslocamento do veículo.

O driver da sirene deverá ser do tipo compacto de 100 W RMS @ 11 ohms, de aplicação exclusiva para viaturas, não sendo permitido o uso de drivers do tipo som automotivo. O driver deverá possuir conector automotivo selado, com fixação no cofre do motor por meio de suporte metálico, aparafusado à estrutura original do veículo e posicionado voltado para a frente.

2.5. Acionamento do conjunto de sinalização visual e sonora:

O acionamento do sistema deverá ser realizado por meio de único controle remoto, confeccionado em ABS na cor preta, equipado com cabo espiralado, contendo:

- a) 12 (doze) teclas funcionais em silicone, com iluminação de fundo e iluminação da função acionada, ambas nas cores rubi e azul;
- b) 1 (um) botão PTT (Push To Talk), também retroiluminado.

O controle deverá permitir:

- c) Acionamento de 6 sons de sirene: Pierce, Yelp, Hi-Lo, Wail, Manual e Horn;
- d) Seleção de 3 modos de deslocamento (Modo 1, Modo 2 e Modo 3), alterando o padrão de flashes dos sinalizadores dos vidros;
- e) 1 (uma) saída auxiliar (função strobo) para acionamento das luzes auxiliares da grade frontal.

O equipamento deverá ser de **fabricação nacional** e atender à norma **SAE J575**.

Fica vedada a utilização de **botões adicionais avulsos**. Todos os comandos de **luzes e sons** deverão ser realizados **exclusivamente por meio deste controle remoto**.

2.6. Botão (Chave Geral):

Deverá ser instalado, em **local visível e de fácil acesso ao motorista**, um **botão do tipo gangorra**, com função **liga/desliga**, dotado de **LED indicador**, que permita a **identificação visual do seu estado (LED aceso = sistema ligado)**.

O botão deverá estar **devidamente identificado com a inscrição "CHAVE GERAL"**, de forma clara e permanente.

Sua função elétrica será a de **interromper totalmente o sistema de sinalização acústica e visual**, funcionando como **chave geral de segurança**, a fim de **evitar acionamentos acidentais ou indesejados** dos sistemas de luz e som.

5. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

5.1 Entregar os veículos em perfeitas condições de funcionamento, emplacados (placa oficial) – exercício 2025 ou 2026, e com a devida documentação de propriedade e tráfego, bem como todas as taxas e impostos que porventura vierem a vencer no ano da entrega;

5.2 Os veículos deverão ser entregues com os tanques totalmente abastecidos, conforme suas especificações técnicas.

5.3 Providenciar a regularização dos veículos junto aos Órgãos competentes, a empresa vencedora do certame deverá realizar todo o procedimento requerido pelo Exército Brasileiro para autorização da realização da blindagem e seu respectivo registro, bem como o procedimento de alteração de dados do veículo no Departamento de Trânsito do RGS – Detran/RS, após a blindagem, para incluir nos

campos de observações do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – documento para trânsito) e CRV (Certificado de Registro de Veículo – documento para transferência), a característica de “Veículo Blindado”, providenciando de antemão a obtenção do CSV (Certificado de Segurança Veicular);

5.4 Viabilizar as revisões da blindagem junto a blindadora que efetuou a blindagem, sendo que a mesma deverá se realizar da seguinte forma:

| | |
|-------------------|--------------------------|
| 1ª REVISÃO | 30 dias após a blindagem |
| 2ª REVISÃO | 6 meses após a blindagem |
| 3ª REVISÃO | 1 ano após a blindagem |
| 4ª REVISÃO | 2 anos após a blindagem |
| 5ª REVISÃO | 3 anos após a blindagem |
| 6ª REVISÃO | 4 anos após a blindagem |
| 7ª REVISÃO | 5 anos após a blindagem |

5.5 Caso o certame for vencido por empresa não blindadora de veículos, esta deverá fornecer a certificação da empresa blindadora junto ao Exército Brasileiro.

6. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE (VINCULADOS ÀS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO):

■ Foram adotados

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Eficiência Energética: a solução deve promover a economia de recursos públicos, o que inclui a escolha de equipamentos com eficiência energética para reduzir os custos de operação e manutenção.

Economia de Recursos Públicos: Prioridade por equipamentos duráveis e de alta qualidade, que tenham uma vida útil longa e requerem menos manutenção, contribuindo para a economia de recursos públicos ao longo do tempo.

Inovação e Tecnologia: Priorizar soluções inovadoras e tecnologicamente avançadas que possam oferecer benefícios adicionais em termos de eficiência energética, redução de impacto ambiental e sustentabilidade.

□ Não foram adotados

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

7.1 Exigências legais

☒ Foram verificadas e não existem para o objeto

☐ Foram verificadas e são as seguintes:

7.2 Garantia de execução do contrato

Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

7.3 Programa de Integridade

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

8. EXECUÇÃO DO OBJETO:

8.1 Prova do material:

☒ Não

☐ Sim.

8.2 Forma de entrega dos bens:

a) Todos os bens deverão possuir qualidade mínima que viabilize seu perfeito e completo uso pela CONTRATANTE.

b) Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável do CONTRATANTE.

8.3 Haverá emissão de ordem de fornecimento, nos seguintes termos:

☒ Uma ordem de fornecimento para todo o contrato

☐ Várias ordens de fornecimento, sob demanda, durante a execução do contrato

8.4 Prazo da entrega dos bens:

☒ Entrega integral.

O veículo, devidamente equipado com a **blindagem nível III-A** e com todos os demais itens e acessórios especificados neste Termo de Referência, deverá ser entregue no prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da **Ordem de Fornecimento** emitida pelo contratante.

☐ Sob demanda, com quantidades estimadas.

☐ Sem quantidade mínima por pedido.

☐ Com quantidade mínima por pedido

☐ Programada.

8.5 Local de entrega dos bens: Endereço na Rua Santana, 440, Prédio B, 4º andar, bairro Santana, Porto Alegre, fone: 51 3295-8730/8734.

8.5.1 A entrega deve ser efetuada de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 17:00h e deverá ser agendada com antecedência mínima de 2 dias úteis.

8.6 A entrega dos bens deverá observar a quantidade total indicada na Ordem de Fornecimento expedida, dentro do prazo.

8.7 Instalação dos bens/equipamentos (embutida na compra)

☒ Não se aplica.

☐ Haverá instalação.

8.8 Recebimento:

a) provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações;

b) definitivamente, após **15 dias (quinze dias)** do recebimento provisório e depois da verificação da sua qualidade, quantidade e consequente aceitação.

8.8.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, os bens serão devolvidos à contratada, que terá o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para providenciar sua substituição.

8.9 Subcontratação:

É autorizada a subcontratação, sendo necessária a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e técnica da subcontrada.

8.9.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, a qual consiste no fornecimento do veículo automotor;

8.9.2. A subcontratação fica limitada aos serviços acessórios, tais como a blindagem e de sinalização.

8.9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.10 Desfazimento/destinação final dos bens

☒ Não se aplica.

☐ Há obrigação acessória vinculada ao desfazimento/destinação final/descarte dos bens.

8.11 Garantia/assistência técnica contratual

8.11.1 Há prazo complementar à garantia legal, nas seguintes condições:

8.11.1.1 A garantia dos veículos deve ser de, no mínimo, 12 meses, contados da data do recebimento definitivo, sem limite de quilometragem.

8.11.1.1.1 Caso o período de garantia ofertado pelo fabricante seja menor que o estipulado no item 8.11.1.1, a Contratada fica obrigada a oferecer a garantia complementar.

8.11.1.2 A garantia será prestada com vistas a manter os veículos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

8.11.1.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos veículos pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

8.11.1.4 É imprescindível que a fabricante dos veículos disponha de concessionária(s) autorizada(s) no município de Porto Alegre/RS, para assegurar a execução das revisões e as manutenções necessárias no período de garantia.

8.11.1.5 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos de fabricação apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

8.11.1.6 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do veículo;

8.11.1.7 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito de fabricação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega do veículo à rede de concessionárias da Contratada;

8.11.1.8 O prazo indicado no item 8.11.1.7, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante;

8.11.1.9 Quando necessária a realização de manutenção corretiva, o Contratante deverá levar o veículo à Concessionária da Contratada mais próxima para a realização dos reparos. Em caso de pane (veículo imobilizado), o Contratante será responsável pelo traslado do veículo;

8.11.1.10 O Contratante deverá encaminhar os veículos para realização de manutenção preventiva, de acordo com os critérios definidos nos respectivos manuais, à Concessionária da Contratada mais próxima, sob pena de perda da garantia;

8.11.1.11 Não havendo qualquer manifestação da contratada no prazo, a contratante providenciará a substituição ou conserto do bem e cobrará o valor da empresa;

8.11.1.12. Quanto ao kit de iluminação auxiliar, caso o veículo ofertado possua garantia do fabricante superior a 01 (um) ano, estes equipamentos instalados nos veículos devem possuir o mesmo período de garantia;

8.11.1.13. A empresa vencedora do processo licitatório deve conceder, além da garantia de fábrica relativa ao veículo do lote III, garantia de 5 (cinco) anos nos serviços e nos materiais utilizados na blindagem, conforme as especificações do fornecedor. A contratada disponibilizará meios de contato (telefone, e-mail, etc.) para abertura do chamado.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

9.1 A compra será formalizada:

☐ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato

☒ Contrato

9.2 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 A execução do contrato será coordenada pelo Gestor do contrato (ou, na falta deste, por seu substituto), bem como acompanhada e fiscalizada pelo fiscal (ou seu substituto).

9.4.1 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização do contrato:

FISCAL: JOSÉ ADRIANO RIBEIRO D'ÁVILA:

Coordenador de Unidade

E-mail: josedavila@mprs.mp.br

Telefone: 3295-2030

FISCAL SUBSTITUTO: RICARDO FRAZÃO SPECHET

Assessor de Segurança Institucional III

E-mail: ricardofrazaomprs.mp.br

Telefone: 3295-8863

GESTOR DE CONTRATO: LUCAS LUIS DA SILVA

Coordenador Administrativo

E-mail: lucasls@mprs.mp.br

Telefone: 3295-8148

GESTOR DE CONTRATO SUBSTITUTO: ADRIANO CARDOSO SCHEFFER

Técnico do Ministério Público

E-mail: adrianos@mprs.mp.br

Telefone: 3295-8005

9.4.2 O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.4.4 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotar no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas.

9.4.5 Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:

☒ Não

☐ Sim.

9.5 Obrigações gerais:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e *e-mail*, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

j) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

l) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

9.6 Sanções:

9.6.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

a) multa por atraso: 0,5% sobre a parcela inadimplida por dia de atraso, no máximo de 20 dias;

b) advertência

c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato

d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.6.2 Sanções específicas

■ Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.

□ Existem sanções específicas vinculadas ao objeto:

9.6.3 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

10. PAGAMENTO E REAJUSTE

10.1 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

☒ Não

☐ Sim.

10.2 O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.

10.2.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

10.2.2 A Nota fiscal deverá ser enviada:

a) Aos cuidados de: Unidade de Transportes, Rua Santana, n. 440, Torre B, Sala 502, bairro Santana, Porto Alegre/RS.

b) Endereço de e-mail: transporte@mprs.mp.br

c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: 51-32952030

10.2.3 A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida.

10.2.4 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

10.2.5 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

10.2.6 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

10.3 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo dos bens.

10.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.5 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

10.6 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

10.7 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

10.7.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data

do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se feito).

10.7.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

11.1.1 Critério de julgamento

- ☒ Menor preço global
- ☐ Menor preço unitário

11.1.2 Parcelamento do objeto

- ☐ Há parcelamento do objeto.
- ☒ Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte (itens ou lotes).

11.1.2.1. A contratação dos serviços de transformação do veículo em viatura discreta, com blindagem e instalação de sinalizadores, não comporta fracionamento, por se tratar de solução integrada. A execução parcelada comprometeria a continuidade técnica dos serviços e elevaria os custos, em razão de retrabalho e sobreposição de etapas.

11.1.2.2. A intervenção requer modificações em sistemas estruturais e funcionais do veículo, como motorização e circuito elétrico, que são integrados desde a montagem do chassi e carroceria. O desmembramento dos serviços não resultaria em economia ao erário, diante da necessidade de retrabalho técnico.

11.1.2.3. Ademais, o fracionamento pode implicar contratação de empresas não autorizadas pelo fabricante, o que comprometeria a garantia técnica do veículo — elemento essencial para a definição e viabilidade do objeto contratado.

11.1.2.3. Ao fim, o fracionamento exigiria, no mínimo, três procedimentos licitatórios distintos — aquisição do veículo, blindagem e instalação de acessórios (sinalizadores) — o que resultaria em maior tempo de tramitação e elevação dos custos administrativos. Tal circunstância acarretaria atraso na disponibilização do bem e consequente prejuízo à celeridade e eficiência na satisfação do interesse público.

11.1.2.4. Considerando os fundamentos apresentados, bem como as implicações técnicas e econômicas da contratação, decidiu-se pela adoção da solução integral, sem fracionamento dos serviços.

11.2 Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP)

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06
- ☐ O tratamento diferenciado observa exceção legal:
 - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

11.3 EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

11.3.1 Amostra

- Não será exigida amostra.
- ☐ Será exigida amostra.

11.3.2 Catálogo

- ☐ Não será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.
- Será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto, bem como as especificações técnicas dos materiais a serem empregados na blindagem, para que se faça a validação e verificação dos produtos oferecidos e da garantia do equipamento, para fins de identificar a qualidade técnica.

11.3.3 Carta de Solidariedade

- Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor).

11.3.4 Laudos e/ou Declarações

- Não serão exigidos laudos e/ou declarações.
- ☐ Serão exigidos laudos e/ou declarações.

11.4 Qualificação técnica

- ☐ Não será exigida qualificação técnica
- Será exigida qualificação técnica

11.4.1. O licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica operacional**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação de serviços de BLINDAGEM TOTAL de, no mínimo, **01 (um) veículo**

automotor, com blindagem de nível **III-A ou superior**, executados com desempenho satisfatório.

11.4.2. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter a razão social da Contratante e da Contratada, e permitir, por seu próprio conteúdo ou por meio de documentos correlatos (tais como contratos, notas fiscais, ordens de serviço etc), a verificação da efetiva execução dos serviços. Tais documentos serão aceitos como comprobatórios da aptidão técnico-operacional desde que contenham informações suficientes para demonstrar a compatibilidade com os serviços licitados.

11.4.3. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados.

11.4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) e documentos correlatos, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.5 CONSÓRCIO

- ☐ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☒ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.

Considerando a aquisição de 01 (um) veículo automotor, observa-se que se trata de objeto de fornecimento comum, amplamente disponível no mercado e usualmente executado de forma individualizada pelas empresas do ramo.

*Nos termos do artigo 15, inciso II, da **Lei nº 14.133/2021**, a participação de licitantes em consórcio poderá ser admitida, **desde que justificada pela administração**, em razão da natureza ou da complexidade do objeto.*

No presente caso, verifica-se que:

a) Trata-se da aquisição de bem padronizado, de entrega imediata e sem qualquer complexidade técnica que justifique a formação de consórcios empresariais;

b) A contratação não demanda reunião de capacidades técnico-operacionais ou econômicas entre diferentes empresas, visto que o fornecimento de veículos é atividade rotineira no mercado e amplamente atendida por empresas individualmente; c) A permissão de consórcios poderia, inclusive, gerar burocracia desnecessária para a gestão do contrato, considerando as obrigações solidárias e a necessidade de acompanhar eventual constituição, formalização e responsabilidade dos consorciados.

*Diante disso, e em conformidade com o disposto no artigo 15, inciso II, da **Lei nº 14.133/2021**, fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio na presente licitação, por não se tratar de objeto de natureza ou complexidade que justifique tal modalidade associativa.*

- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- ☐ Não haverá
- ☒ Comprovação de que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a até 10% do valor estimado da contratação.
- ☐ Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro mínimo.

13. ESTIMATIVA DO VALOR

O valor estimado Total é de R\$:382.163,33.